

## Escola e sociedade no Brasil Oitocentista

### Education and society in the Brazilian Empire

William Vagner da Silva  
williamvagner2003@yahoo.com.br

GONDRA, J.G.; SCHUELER, A. 2008. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo, Editora Cortez, 320 p.

O livro *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*, de José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler, faz parte da primeira série temática da coleção Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira, publicada pela Editora Cortez. O livro busca, pelo viés da nova historiografia, mostrar como os acontecimentos políticos e sociais marcam a construção do modelo escolar no Brasil do século XIX. De uma forma clara e objetiva, os autores expõem elementos para se pensar a maneira como as relações de poder se manifestam no cenário imperial, bem como suas interfaces com o processo de escolarização.

Logo na introdução, Gondra e Schueler dão mostra da complexidade do cenário social que compõe o pano de fundo para as suas análises. Um cenário marcado pela heterogeneidade de iniciativas e de forças educativas que buscam, por meio da instrução escolar, unificar o território e o povo brasileiro pela inculcação do sentimento de nacionalidade.

O primeiro capítulo, intitulado *Formas do Brasil e formas de educação*, chama a atenção para a heterogeneidade e diversidade que marca o processo de constituição da forma escolar brasileira, implementada em meio a um cenário de disputas políticas e sociais. Os autores mostram, de maneira sucinta, o processo de apropriação dos modelos escolares pela sociedade oitocentista, processo que não foi linear e nem contínuo, mas, antes, marcado pela multiplicidade de formas educativas coexistentes e pela pluralidade dos padrões

educativos nas províncias do Império. Seu argumento principal é a centralidade da escola como elemento fundamental à formação do Estado e da nação: a escolarização estava diretamente ligada, por um lado, à necessidade de construção de uma identidade cultural, e, por outro, à formação dos quadros dirigentes do governo. Nesse processo, é ressaltada a luta entre projetos políticos distintos, os quais refletiram, em última instância, na pluralidade de formas da educação brasileira. O primeiro capítulo ainda traz como contribuição a possibilidade de pensarmos a consolidação do Estado articulada às manifestações da prática educativa, integrando a análise educacional ao contexto social mais amplo que caracteriza o período Imperial.

No segundo capítulo, *As forças educativas*, os autores partem para uma descrição mais detalhada dos processos e sujeitos envolvidos na instrução elementar. Para tal, elegem três forças como objeto de suas análises: o Estado, a Igreja e a sociedade civil. No campo político, podemos perceber que a educação é tida como um mecanismo fundamental de ação do poder público, pois é entendimento que a instrução do povo é condição necessária para se elevar o Império à condição de um estado moderno e civilizado. Assim, no decorrer das páginas do segundo capítulo, o leitor pode perceber um pouco da complexidade da trama política que se desenhou no Estado Imperial, durante o qual, principalmente por meio da força da lei, tentou-se consolidar a autonomia e promover o desenvolvimento da nação.

Cabe espaço também neste capítulo à ação empreendida pelas forças religiosas que desempenharam um papel imprescindível na difusão da instrução no Império. Sem dar muitos detalhes, os autores citam a coexistência das mais variadas manifestações religiosas e apontam a articulação da Igreja, principalmente a cristã, com o Estado, como estratégia decisiva para o sucesso de tal empreendimento. Aqui me parece manifestar uma das lacunas deste bom trabalho. Acredito que tal interseção entre Igreja e Estado mereceria uma análise mais acurada, principalmente pelo fato de a Igreja ser uma instituição extremamente articulada com os quadros governamentais no Brasil Imperial.

A pluralidade das formas educativas pode ser observada também neste segundo capítulo pela análise dos múltiplos espaços de sociabilidade que se constituem ao longo do Império. A instrução pública aparece como matéria importante nos projetos concebidos pela sociedade civil. Grêmios, associações, sociedades filantrópicas aparecem como espaços destinados à instrução de adultos trabalhadores, mulheres, crianças, negros libertos, estrangeiros, e funcionavam como mecanismo de aproximação entre as elites políticas, as camadas médias urbanas e a população em geral. Em síntese, neste capítulo, Gondra e Schueler apresentam o aparato estatal, a Igreja e a sociedade civil como forças distintas que, ora de modo associado, ora de modo concorrente, se somam no estabelecimento das iniciativas de instrução no Brasil do século XIX.

O capítulo três, *As formas educativas*, demonstra as particularidades assumidas por cada forma de ensino, bem como a maneira como estas diferentes formas se articulam para afirmar a instrução no Império. Ao longo do capítulo, os autores abordam o contexto de surgimento e desenvolvimento da escola elementar, dos locais voltados à instrução dos marginalizados, da educação confessional e dos internatos, da escola secundária e superior, das escolas militares e também das escolas musicais e de belas artes. O texto aponta a construção de uma malha escolar diferenciada, voltada em cada uma de suas faces à objetivos específicos de instrução dos variados grupos sociais, permitindo compreender de forma mais ampla a complexa trama social na qual a Escola foi inserida. Novamente os pesquisadores explicitam a tese inicial de que a construção da escola brasileira relaciona-se à organização do Estado Nacional, sendo dessa forma impossível pensar a educação no Império sem analisar o processo de constituição do Estado.

O capítulo quatro, *Os sujeitos da ação educativa*, registra uma acurada apresentação dos diversos atores envolvidos no contexto da instrução elementar no Brasil Imperial. Trata da profissionalização docente, do controle que o Estado buscou exercer sobre o exercício

destes professores, da maneira como paulatinamente as mulheres foram afirmando seu direito à educação, do acesso dos negros à escola pública e a outras formas de instrução, das diversas legislações que tentaram “civilizar” o indígena, tendo a escola como instrumento privilegiado de tal ação etc. O capítulo assinala também importantes contribuições para a historiografia, oferecendo novas possibilidades de se contar a história da educação no Brasil. Em sua parte final, os autores escrevem sobre a construção do sentido de infância na Europa e de como estes sentidos são incorporados à conduta educacional. É uma descrição bem elaborada, mas parece não se harmonizar com os demais tópicos apresentados ao longo da obra.

O quinto e último capítulo, *Desafios para a História da educação*, traz as considerações finais dos autores, os quais relembram os parâmetros que guiaram a construção desta obra e apontam os limites que ela incorpora. De uma maneira geral, este livro cumpre com o objetivo de dar visibilidade à heterogeneidade de sujeitos, formas, espaços e práticas educativas formais e informais que coexistiram nesse tenso jogo de relações de poder. Cabe destacar ainda que a síntese completa de um período tão plural e complexo como os oitocentos não pode se dar em apenas uma obra. Porém, os autores conseguem, de maneira habilidosa, repensar a pluralidade e a heterogeneidade das ações educativas presentes no Brasil Império, e a vasta literatura apresentada, listada por grupos temáticos nas referências bibliográficas do livro, é uma valiosa contribuição para novas pesquisas. O exaustivo trabalho investigativo que se pôde observar e a preocupação com um fazer histórico que contemple uma nova forma de ver os fatos, que não a dos manuais clássicos, credenciam o texto como leitura obrigatória aos que se interessam aos estudos da educação na sociedade oitocentista brasileira.

William Vagner da Silva  
Universidade Federal de São João del Rei  
Dept. de Ciências da Educação, PPG em Educação  
Praça Dom Helvécio, 74, Bairro Dom Bosco  
36301-160, São João del Rei, MG, Brasil